

Jonas Pereira

Presidente da Síria declara apoio à ação do Brasil pela paz 2

Bashar al-Assad (E, com José Sarney) sugeriu independência em relação aos EUA



Marisa cobra prevenção de desastres climáticos

Marisa Serrano cobrou ontem do governo federal a instituição de uma política nacional de prevenção de desastres climáticos e de socorro a vítimas. A senadora lamentou a pequena quantidade de recursos aplicados pelo Executivo no auxílio às vítimas de enchentes e de desastres nas áreas afetadas. 4

Mudança de regra do PAC deve ser votada dia 7

O baixo quórum e a falta de acordo entre governo e oposição provocaram ontem o adiamento, para a próxima quarta-feira, da votação do projeto que autoriza o governo a remanejar 30% das verbas destinadas a obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). 5

Alteração na ordem de votação preocupa TSE

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ricardo Lewandowski, alerta o Congresso que a alteração prevista em projeto já aprovado pela Câmara implicará modificações em pelo menos três programas importantes das urnas eletrônicas, além de atrasos. 7

Especialistas são contra cobrança do ICMS por estado produtor

A partilha do tributo deve ser objeto de profunda reforma tributária, e não de mudança pontual, afirmaram especialistas durante audiência na CCJ. 8

Antonio Carlos Júnior (2º à esq.) dirige debate sobre PEC que muda critério de cobrança do imposto

Sindicatos apoiam mínimo de R\$ 550 para ano que vem

O reajuste do salário mínimo proposto pelo relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2011, Tião Viana, é defendido por quase todas as centrais sindicais

Representantes de centrais sindicais, de sindicatos e de associações de aposentados manifestaram ontem apoio à proposta de aumento real para o salário mínimo, em janeiro próximo. O reajuste sugerido por Tião Viana tem como base o cálculo da inflação passada mais o crescimento médio da economia em 2009 e 2008 – o que pode elevar o salário mínimo a R\$ 550, contra os atuais R\$ 510. O governo quer manter a regra pela

qual o reajuste levaria em conta a inflação do ano anterior acrescida da variação do produto interno bruto (PIB) de dois anos antes. Dessa forma, já que a economia teve queda de 0,2% em 2009, não seria concedido aumento real ao salário mínimo, que ficaria em cerca de R\$ 535 a partir de janeiro de 2011. “O governo não concorda em mudar a regra. Então, vamos na semana que vem para o voto na Comissão Mista de Orçamento”, disse Tião Viana. 3



Tião Viana (5º à esq.) recebe os representantes de sindicatos e de associações de aposentados



Waldemir Barreto

J. Freitas



Recepcionado por José Sarney no Salão Nobre do Senado, Bashar al-Assad, primeiro governante sírio a fazer uma viagem oficial ao país, assina o livro de visitas

Presidente da Síria: Brasil deve atuar em busca da paz sem esperar por EUA

Durante visita ao Congresso Nacional, Bashar al-Assad sugeriu que o país faça propostas e gestões na tentativa de contribuir para a redução dos conflitos no Oriente Médio, tendo como referência as resoluções das Nações Unidas

O PRESIDENTE DA Síria, Bashar al-Assad, sugeriu ontem que o Brasil faça propostas e gestões na tentativa de ajudar a diminuir os conflitos no Oriente Médio tendo como referência as resoluções das Nações Unidas, sem necessariamente esperar pelos Estados Unidos. Durante visita ao Congresso Nacional, ele elogiou a linha de ação do país, que, em parceria com a Turquia, tentou mediar uma saída para o caso do enriquecimento de urânio pelo Irã.

Bashar al-Assad informou que o auxílio do Brasil na busca da paz foi debatido com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que o ministro das Relações Exteriores de seu país permaneceria em Brasília, enquanto ele mesmo seguiria para São Paulo, para tratar do assunto. Foi o

próprio presidente do Senado, José Sarney, quem questionou o visitante sobre que ação prática o Brasil poderia adotar na busca da paz para a região.

Primeiro presidente da Síria a fazer visita oficial ao Brasil, al-Assad foi recebido por Sarney em audiência realizada na tarde de ontem. O chefe do governo sírio disse reconhecer a demora de seu país em distinguir a importância do papel do Brasil no campo internacional, a exemplo do que se deu na busca de uma solução para o conflito entre palestinos e israelenses, especialmente na Faixa de Gaza.

Bashar al-Assad salientou a inclinação do Brasil para a convivência pacífica e o espírito caloroso do país. Ele agradeceu as manifestações do povo e de instituições brasileiras em apoio

à causa palestina. E elogiou a acolhida aos imigrantes, além de saudar o modelo brasileiro e latino-americano, "aberto e sem conflitos".

Já Sarney mencionou a revolta dos cidadãos brasileiros com a violência a que são submetidos os palestinos nos conflitos no oriente médio; lembrou o apoio brasileiro à criação do Estado Palestino; e frisou que a maioria dos cidadãos do país tem estreita relação com descendentes de sírios, libaneses e de outros países árabes.

Cooperação

O presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), lamentou a pouca visibilidade da Síria no Brasil, o que não permite o crescimento

do turismo entre os dois países. Bashar al-Assad disse ter pedido ao presidente Lula que apresse a execução de projetos para incrementar os transportes aéreo e marítimo entre os dois países, já visando ao aumento das exportações e importações. O presidente sírio também pediu que o Congresso ajude a eliminar barreiras burocráticas.

A comitiva síria já esteve na Venezuela e em Cuba. No Brasil, assinou acordos de cooperação jurídica em matéria penal e acordo de transferência de pessoas condenadas, assim como programa executivo de cooperação educacional e memorando de entendimento na área de saúde. A corrente bilateral de comércio passou de US\$ 78 milhões, em 2003, para cerca de US\$ 307 milhões, em 2009.

Convênio aproxima Senado e Ministério de Minas e Energia

O Senado e o Ministério de Minas e Energia poderão promover ações conjuntas de intercâmbio e cooperação técnica, científica e cultural para o desenvolvimento de recursos humanos. Protocolo de intenções com esse objetivo foi assinado ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, e pelo ministro de Minas e Energia, Márcio Pereira Zimmermann.

Nas ações a serem desenvolvidas, o Senado será representado pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e pela Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis). A cooperação e o intercâmbio vão envolver transferência de conhecimento e troca de experiências, entre outras atividades

de interesse comum.

O protocolo prevê ainda participação preferencial de parlamentares e de servidores das duas instituições em seminários, cursos regulares e programas de pós-graduação promovidos pelas partes, mediante acordo prévio sobre número de vagas.

José Sarney destacou que os órgãos de capacitação e formação do Senado desfrutam de grande prestígio externo. Desse modo, tem havido grande procura por acordos de cooperação por órgãos do Executivo e do Judiciário. Dois recentes acordos foram firmados com Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Em relação ao ILB, Sarney



Ministro Márcio Zimmermann assina protocolo de intenções

lembrou que o órgão foi criado quando ele presidiu o Senado pela primeira vez, em 1994, no contexto de ampla reforma administrativa, promovida com a colaboração da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O presidente se disse feliz em constatar a evolução do órgão.

Rádio Senado vence Prêmio Roquette-Pinto

A equipe da Rádio Senado formada pelos jornalistas Celso Cavalcanti, George Cardim, Larissa Bortoni e Mauricio de Santi, e pelos produtores Pedro Henrique e Rodrigo Resende, foi uma das agraciadas com o Prêmio Roquette-Pinto. O resultado final foi divulgado na terça-feira pela Associação das Rádios Públicas do Brasil. A Rádio Senado receberá R\$ 20 mil para a produção do radiodocumentário "O Povo Cigano no Brasil".

A proposta da Rádio Senado concorreu com outros 151 projetos apresentados por emisoras de rádio de todo o país. A partir de agora, a equipe poderá começar a produção do documentário, que será dividido em 12 programas, de 30 minutos cada um. Vão ser abordados, entre outros temas, a história do povo cigano e as políticas públicas voltadas para os ciganos.

Uma das ações que colaboraram para a escolha do assunto do projeto foi a audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais do Senado, realizada em 26 de maio, que debateu a atual situação dos ciganos e as políticas públicas que os atendem no país.

Reprodução livre

Os especiais da Rádio Senado poderão ser reproduzidos por qualquer rádio pública. O Prêmio Roquette-Pinto apoia a produção independente de obras radiofônicas e estimula a diversidade regional na produção de programas de rádio. Os programas deverão estar prontos em setembro de 2010.

Também em setembro, sai o resultado final da 10ª edição do Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo. Entre os cinco finalistas, está o jornalista da Rádio Senado Adriano Faria, com a reportagem "Infância Roubada – o drama das pequenas empregadas domésticas".

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Dispensa de requisito para divórcio

14h A sessão é deliberativa. Na pauta, a PEC 28/09, que suprime o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano, ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos, para efetivação do divórcio.



SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Fotos de Waldemir Barreto



Comissão Mista de Orçamento deve votar o relatório da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2011 na próxima terça-feira

Aprovado crédito suplementar de R\$ 3,4 bi em favor da Presidência

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou, com emendas, o relatório do projeto de lei que abre crédito suplementar no valor de R\$ 3,4 bilhões em favor da Presidência da República e dos Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes, da Integração Nacional e das Cidades (PLN 7/10).

A verba prevista no projeto, que ainda precisa ser votado pelo Plenário do Congresso Nacional, será usada no reforço de dotações constantes da lei orçamentária em vigor.

A comissão, formada por senadores e deputados federais, também aprovou, como

item extrapauta, o relatório do projeto de lei que abre um crédito especial em favor da Companhia Docas e da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), no valor total de R\$ 25,1 milhões (PLN13/10). O projeto também será votado pelo Plenário do Congresso Nacional.

Na reunião da próxima terça-feira, com início previsto para as 19h, a CMO deverá discutir e votar o relatório final do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2011. O relatório, de autoria do senador Tião Viana (PT-AC), foi lido na reunião da comissão no último dia 29.

Centrais sindicais apoiam proposta de Tião Viana

Contra o governo, relator da LDO propõe fórmula de reajuste que pode elevar o salário mínimo a R\$ 550 a partir de janeiro de 2011

O RELATOR DA Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2011, senador Tião Viana (PT-AC), recebeu na tarde de ontem apoio de sindicalistas para sua proposta de reajustar o salário mínimo, em janeiro próximo, com base na inflação passada mais o crescimento médio da economia em 2009 e 2008 – o que pode elevar o salário mínimo a R\$ 550, contra os atuais R\$ 510.

O governo quer manter a regra pela qual o reajuste levaria em conta a inflação do ano anterior acrescida da variação do produto interno bruto (PIB) de dois anos antes. Mantida a intenção do governo, não haveria aumento real do salário mínimo em 2011, pois a economia teve queda de 0,2% em 2009. Por essa regra, o mínimo ficaria em cerca de R\$ 535 a partir de janeiro.

– O governo não concorda em mudar a regra. Então, vamos na semana que vem para o voto, na Comissão Mista de Orçamento. A minha proposta corre risco de ser derrotada – alertou Tião Viana aos sindicalistas, em seu gabinete.

Estiveram no encontro representantes de praticamente todas as centrais sindicais, além de sindicatos e associações de aposentados.

– Temos de aproveitar o crescimento da economia para melhorar o salário mínimo. Não é hora de parar. O próprio Banco Central diz que o Brasil vai crescer neste ano mais de 7% e, então, há margem para aumentar o salário em mais de 10% – afirmou ao senador o deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), o Paulinho da Força Sindical, com o apoio dos representantes das outras entidades.

Os sindicalistas decidiram procurar os deputados e senadores da Comissão de Orçamento para defender a aprovação da proposta de Tião Viana. “Depois, a gente luta mais à frente para aumentar ainda mais o percentual e repassar o valor aos aposentados do INSS que ganham mais que o salário mínimo”, disse Edmundo



Representantes de centrais sindicais, de sindicatos e de associações de aposentados acreditam, como Tião Viana, que o crescimento da economia sustenta o aumento

Benedetti Filho, presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da União Geral dos Trabalhadores (Sindiapi - UGT).

Para o presidente interino da Força Sindical, Miguel Torres, “a hora de lutar é agora”, quando o Congresso discute e vota as leis do Orçamento, “porque depois das eleições ficará mais difícil”.

A regra que o projeto de LDO relatado por Tião Viana muda vigorou por quatro anos. Para chegar ao percentual de reajuste proposto pelo senador, é preciso somar as variações do PIB de 2008 (5,1%) e de 2009 (-0,2%), obtendo-se o percentual de 4,9%. Dividindo 4,9% por dois, chega-se à média de 2,45%, que deve ser somada à inflação de 2010, estimada em cerca de 5%. Aplicando-se 7,45% sobre o valor atual do salário mínimo de R\$ 510, obtém-se o valor de R\$ 547,95.

Sarney prevê votação final da LDO até 17 de julho

O presidente do Senado, José Sarney, avaliou que será possível concluir até o dia 17 de julho a votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2011. Ele chamou atenção para a ocorrência simultânea das festas juninas, dos jogos da Copa do Mundo e da realização de convenções partidárias. Dois terços dos senadores estão em campanha buscando a renovação de seus mandatos, com muitos compromissos em seus estados.

Com isso, disse Sarney, aumentam as dificuldades de garantir quórum para a votação das matérias em pauta no Plenário do Senado – entre elas, os projetos do pré-sal.

– Ninguém lamenta mais do que eu que não tenhamos tido número para avançarmos com

as matérias, mas, infelizmente, esse é um ano atípico.

Devido à Copa, salientou, outras instituições e o próprio setor privado enfrentam relativa paralisia. Como exemplo, citou conversa com um livreiro que teria lhe relatado uma queda de 40% nas vendas de livros nesse período.

– De uma maneira geral, ninguém escapa da paixão do futebol no Brasil – disse.

Com relação ao projeto da LDO, matéria que disciplina a elaboração da proposta orçamentária, ele observou que todo ano ocorrem disputas políticas em torno de alguns pontos do texto. No entanto, sempre é possível chegar a acordo e concluir a votação no prazo constitucional.

No caso do projeto do novo

Código de Processo Penal, ele esclareceu que não existe qualquer problema para que a matéria avance no Senado. A terceira sessão de discussão em Plenário só deixou de ser realizada para atender ao pedido do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), no sentido de que os ministros possam apresentar sugestões ao projeto. Essa interrupção, avaliou, não implicará prejuízos para a sociedade.

– Eu atendi ao pedido porque são eles que vão interpretar a lei e, evidentemente, a colaboração deles é muito importante. Ao contrário de ser um retrocesso, haverá um avanço, pois isso melhorará o código e, sem dúvida, a prestação jurisdicional ao brasileiro – concluiu Sarney.

Senadora afirma que grande número de tragédias dos últimos anos, sobretudo devido a enchentes e desmoronamentos, seria suficiente para que o governo já tivesse desenvolvido estratégias para enfrentar drama



Em Barreiros (PE), a igreja foi uma das poucas construções que escaparam da destruição: senadora exige providências

Marisa lamenta falta de política nacional de prevenção de desastres

MARISA SERRANO (PSDB-MS) criticou ontem o governo federal pela falta de uma política nacional de prevenção de desastres climáticos e de socorro a vítimas. Na avaliação da senadora, o grande número de tragédias que ocorreram nos últimos anos no Brasil, sobretudo devido a enchentes e desmoronamentos, seria suficiente para que o governo já tivesse desenvolvido estratégias eficientes para lidar

com esses problemas, de modo a diminuir o sofrimento das pessoas atingidas.

– Vemos essas propagandas lindas, maravilhosas do governo, falando de forma ufanista que o Brasil é maravilhoso, está tudo bem, somos o melhor país do mundo, o melhor povo do mundo, mas quando vemos a imagem da tragédia, como vimos agora, percebemos que ainda precisamos de muito, mui-

to para chegar lá – disse.

Marisa Serrano lamentou também a pequena quantidade de recursos aplicados pelo Executivo no socorro a vítimas de enchentes e de desastres de áreas afetadas pelas catástrofes. Segundo ela, o estado de Alagoas, um dos mais atingidos pelas enchentes neste mês, não recebeu nenhum recurso do governo federal, enquanto a Bahia teria ficado com R\$ 132 milhões



Gerardo Magela

do total de R\$ 357 milhões transferidos para os estados afetados pelas chuvas.

Em aparte, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) manifestou seu apoio ao pronunciamento de Marisa Serrano, considerando possível desenvolver no país um programa de construção de casas com resistência adequada a chuvas.

Renan pede liberação de dívida para desabrigados

Depois de enumerar as providências tomadas pelo governo federal em socorro às vítimas das enchentes que atingiram Alagoas e Pernambuco, Renan Calheiros (PMDB-AL) fez ontem um apelo ao presidente Lula para que libere os desabrigados da contrapartida financeira do programa Minha Casa, Minha Vida. Em virtude da catástrofe, explicou, o risco de inadimplência é muito alto e até a comprovação de renda tornou-se praticamente impossível. As prestações giram em torno de R\$ 50.

– Para a economia brasileira esta liberação é irrisória e não pesa, por ser muito modesta.

Para esses desabrigados é, simplesmente, tudo na vida de cada um deles – afirmou.

Entre as medidas adotadas pelo governo, Renan citou a liberação de R\$ 600 milhões para que Alagoas e Pernambuco possam agilizar as providências de socorro às vítimas. O senador comunicou que o dinheiro foi depositado diretamente na conta dos governos dos dois estados, sem burocracia, e pediu ao Ministério Público e aos tribunais de contas que atuem para garantir total transparência e agilidade no uso da verba.

Renan também informou que o presidente da República determinou o pagamento de

R\$ 45 milhões do Bolsa Família referentes aos meses de junho e julho e garantiu a liberação do FGTS das vítimas. Também houve a antecipação dos benefícios previdenciários, como a aposentadoria rural, totalizando R\$ 50 milhões, para mais de 100 mil pessoas.

Do Ministério da Saúde, prosseguiu, foram liberados R\$ 60 milhões diretamente aos hospitais. O ministério também repassou toneladas de medicamentos e vacinas para Alagoas e Pernambuco. O Ministério da Educação liberou R\$ 51 milhões para reconstruir 26 escolas destruídas ou danificadas pelas enchentes.



Gerardo Magela

Renan Calheiros adverte que o risco de inadimplência é bastante alto

– Outra providência acertada do presidente foi a determinação de que a Caixa Econômica Federal e o Ministério das Cidades agilizem a reconstrução das casas destruídas pelas cheias – assinalou Renan.

Serys comemora recursos para o Plano Safra

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) elogiou a liberação, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de R\$ 16 bilhões para o Plano Safra, sendo R\$ 500 milhões para o estado de Mato Grosso.

Segundo Serys, o governo aumentou em R\$ 1 bilhão os recursos do Plano Safra em relação a 2009. Ela assinalou que o limite da linha de crédito para o Programa Nacional de Agricultura Familiar Jovem (Pronaf Jovem) foi ampliado de R\$ 7 mil para R\$ 10 mil. Já para a agroindústria, o limite passou de R\$ 18 mil para R\$ 20 mil. A taxa de juros, acrescentou, caiu de 5,5% para 4,5% ao ano, para financiamentos de custeio, e de 5% para 4%, no caso de investimentos.

– A ampliação dos recursos para a agricultura familiar demonstra a sintonia das políticas do governo federal com as orientações da ONU [Organização das Nações Unidas], através da FAO [Organização das Nações Unidas para Alimentos e Agricultura], para evitar a escalada dos preços dos alimentos – afirmou.

Serys acrescentou que os investimentos na agricultura familiar são “a chave para a redução da pobreza e para a solução de três crises: de alimentos, financeira e climática”.

A senadora também chamou a atenção para a importância da assistência técnica na agricultura familiar. Ela observou que, em Mato Grosso, há 99 mil famílias assentadas (de um total de 150 mil propriedades familiares), “o que demonstra a importância em se desenvolver a assistência técnica para esses produtores”. Segundo ela, as famílias assentadas são responsáveis por 60% da produção de alimentos consumidos no estado.

Serys elogiou a Lei da Assistência Técnica e Extensão Rural, apresentada pelo Poder Executivo, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada há poucos dias. Com a aprovação da lei, os investimentos em assistência técnica devem chegar a R\$ 626 milhões, frente a R\$ 46 milhões aplicados em 2003.



Gerardo Magela

Serys: foram R\$ 16 bi, sendo R\$ 500 milhões para o Mato Grosso



Waldemir Barreto

Jefferson Praia critica valor de multas ambientais

Os valores das multas aplicadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) são exorbitantes e não levam em conta a capacidade de pagamento dos infratores, opinou ontem Jefferson Praia (PDT-AM).

O parlamentar considerou absurda autuação realizada pelo Ibama sobre amazônica

flagrado portando 258 ovos de tracajá – um tipo de tartaruga –, além de um exemplar deste animal morto. Pelo crime ambiental, o autuado, Francisco da Silva de Souza, recebeu multa de R\$ 1,29 milhão. Em razão da multa, relatou o senador, Francisco de Souza entrou em processo depressivo, falecendo em seguida.

– E essas pessoas muitas vezes vão em busca desses alimentos por falta de opção e por terem que alimentar os seus filhos. É bom que tenhamos essa compreensão para que nós não pensemos aqui apenas em leis, nas leis que estabelecem multas elevadíssimas, como se a viabilização das leis fosse a solução para toda a questão ambiental – disse.

Sarney afirma que a colaboração dos ministros do Supremo é muito importante, pois "melhorará o código e a prestação jurisdicional ao brasileiro"

Senado aguarda sugestões do STF para votar Código de Processo Penal

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, afirmou ontem que a terceira sessão de discussão do projeto de novo Código de Processo Penal (CPP) só deixou de ser realizada para atender pedido do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso. Os ministros do STF querem apresentar sugestões ao texto.

Na opinião de Sarney, não haverá prejuízos para a sociedade com esse adiamento da votação. O presidente acredita não haver qualquer dificuldade para que a matéria avance no Senado.

– Eu atendi ao pedido porque são eles que vão interpretar a lei e, evidentemente, a colaboração deles é muito importante. Ao contrário de ser um retrocesso, haverá um avanço, pois isso melhorará o código e, sem dúvida, a prestação jurisdicional ao brasileiro.

O Senado já realizou três sessões plenárias para debater a proposta de atualização do CPP, conjunto de normas para

o julgamento de pessoas que cometem crimes, desde a apresentação da queixa na delegacia até a decisão definitiva da Justiça. O código atual é de 1941.

Intervenção

Uma repórter perguntou qual a expectativa de Sarney sobre o

Senador observa que não haverá prejuízos para a sociedade com o adiamento da votação

pedido de intervenção no Distrito Federal, que seria mais tarde julgado pelo STF.

– Durante toda a minha vida, eu tenho sido muito cuidadoso em opinar sobre as coisas da Justiça

porque realmente é um poder independente. Nós temos que manter a harmonia e eles têm absoluta independência para fazer aquilo que eles acham melhor de acordo com a Constituição e as leis – disse.

A intervenção no DF havia sido pedida pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, com base em denúncias de corrupção no governo e na Câmara Legislativa. O pedido foi negado ontem pelo Supremo



Congresso não chega a entendimento sobre projeto que libera o governo de restrições para movimentar verbas do PAC

Votação de regras para o PAC é transferida

O projeto do governo que altera as regras para remanejamento das dotações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Orçamento da União deste ano (PLN 3/10) não foi votado na sessão do Congresso Nacional realizada na noite de ontem.

Na presidência da sessão, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) transferiu a votação para a próxima quarta-feira, às 11h, quando também estão programadas as votações de outros projetos de lei que dependem de aprovação em sessão conjunta do Congresso Nacional.

A matéria, assim, segue sem decisão depois da terceira sessão do Congresso destinada à sua votação (as outras aconte-

ceram em 23 e 29 de junho).

Os partidos de oposição não querem o projeto aprovado como está, por considerar que ele libera o governo federal para destinar recursos a seu livre critério.

O texto permite que até 30% dos recursos globais autorizados para o PAC possam ser livremente distribuídos entre os diversos projetos que integram o programa.

O PAC é uma lista de obras e serviços de grande porte considerados estratégicos pelo governo federal, que incluem hidrelétricas, obras rodoviárias e ferroviárias,

entre outras.

Se aprovado como está, o texto permitirá ao governo, por exemplo, zerar as despesas previstas para uma determinada obra em favor de outra.

Pela regra vigente, só é permitido o remanejamento de até 25% dos recursos de cada projeto.

Conforme o Poder Executivo, o objetivo do remanejamento global é otimizar o andamento do PAC,

transferindo recursos de projetos que encontram algum obstáculo para avançar, caso dos que estão sem licença ambiental.

Oposição não quer dar liberdade ao governo para remanejar recursos entre as obras do programa

Azeredo pede construção da ferrovia Pirapora-Unai

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) lamentou ontem que o terminal intermodal da ferrovia Pirapora-Unai, cuja construção estava prevista pela Vale em seu processo de privatização, não tenha sido viabilizado até agora, apesar de terem sido investidos R\$ 300 milhões. A Vale foi privatizada em 1997. O projeto, por sua vez, era uma parceria do governo de Minas Gerais e da Ferrovia Centro-Atlântica, à época controlada pela Vale.

– Não é um projeto novo, é uma demanda de muitos anos. Estando perto de Brasília, chegaria posteriormente até Brasília, uma ligação mais curta entre Brasília, Belo Horizonte, o litoral, facilitando a exportação – observou.

Azeredo disse que a soja, principal produto a ser escoado pelo terminal, foi plantada em 330 mil hectares no noroeste de Minas, sendo que outros 2,5 milhões de hectares estão disponíveis para o plantio do grão, que pode atingir 7,5 milhões de hectares.

O senador informou ainda

que financiamento japonês garantiu a alta produtividade da região, com investimentos no chamado Projeto Campo, gerando 20 mil empregos na região. A ferrovia, insistiu o parlamentar, é um complemento essencial para o avanço da região que já se constitui em nova fronteira agrícola. Atualmente, o transporte é feito por rodovia até o porto de Tubarão (ES).

Eduardo Azeredo destacou o projeto de asfaltamento dos municípios mineiros, feito pelo então governador Aécio Neves, que já atingiu a quase totalidade dos 230 municípios que não tinham asfalto em 2003. Segundo o senador, restam somente cinco municípios cuja responsabilidade é do governo federal, pois as rodovias são federais na região do Vale do Jequitinhonha.

Fernando Henrique

Eduardo Azeredo criticou a candidata do governo à Presidência da República pelo PT, Dilma Rousseff, por ter afirmado que o governo Fernando Henrique "governou para um terço dos brasileiros".



Geraklô Magela

Azeredo: obra era prevista pela Vale em seu processo de privatização

Conforme Azeredo, não fosse a Nova República e a estabilidade econômica adquirida com a implantação do Plano Real, que pôs fim à inflação, não seria viável a implantação de programas sociais para as classes carentes do país.

– Induzir a população ao engano é demagogia. Se continuássemos com inflação de 80% ao mês não se implantaria o Bolsa Família. Tem que se ter o mínimo de honestidade política possível.

Gurgacz agradece ao governo federal por obras em Rondônia

Acir Gurgacz (PDT-RO) agradeceu ontem ao governo federal pelas "obras estruturantes" realizadas em Rondônia, como as usinas hidrelétricas do rio Madeira e a reconstrução da BR-364, rodovia importante para o escoamento de toda a produção das regiões Norte e Centro-Oeste.

Outras obras citadas por Gurgacz foram o asfaltamento da BR-429 – aguardada há 30 anos pelos moradores de cinco municípios do vale do Guaporé – e a construção da ponte sobre o rio Madeira, ligando Porto Velho à BR-319.

O senador disse que está pedindo ao Ministério dos Transportes que comece no trecho de Porto Velho para Vilhena as obras de implantação da ferrovia Leste-Oeste. Essa ferrovia deve ligar a Bahia a Rondônia, melhorando o escoamento da produção agrícola do Centro-Oeste e do Norte.

Gurgacz destacou a importância do ProJovem, que teve início em Guajará-Mirim no dia 26 de junho. O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, responsável pelo programa, vem alcançando importantes realizações em prol do trabalhador brasileiro, avaliou.



Geraklô Magela

Gurgacz pediu ao Ministério dos Transportes implantação de ferrovia

Parlamentar afirma que regulamentação da segurança poderá evitar que se repitam tragédias como as enchentes que ocorreram em Alagoas e Pernambuco

Yanai cobra política para segurança de barragens

AO AFIRMAR QUE a iniciativa poderá evitar a repetição de tragédias como a decorrente da enchente do rio Mundaú, em Pernambuco e Alagoas, o senador Jorge Yanai (DEM-MT) defendeu ontem a aprovação do projeto de lei da Câmara que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens. Alguns especialistas associam a inundação ao excesso de chuvas. Outros alegam que a cheia pode ter sido causada pelo rompimento de barragens privadas localizadas na bacia do rio.

O projeto (PLC 168/09), que também inclui as barragens destinadas à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, é relatado por Jorge Yanai e tramita em caráter terminativo na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

Conforme o senador, a proposição altera dispositivos da Lei 9.433/97 (que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos) e da Lei 9.984/00 (que cria a Agência Nacional de Águas – ANA), e já foi aprovada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e



Fotos de Geraldo Magela

Projeto que tramita em caráter terminativo na CI tem Jorge Yanai como relator

Controle (CMA).

– Hoje não existe no país uma lei que regulamente a segurança das barragens, estabeleça competências e defina responsabilidades. O vácuo [jurídico] coloca em risco milhares de vidas humanas e empreendimentos localizados em regiões ribeirinhas – afirmou.

Entre outros aspectos, o PLC 168/09 cria definições e classificações sobre as barragens, estabelece fundamentos e instrumentos de segurança, define competências e determina que

as barragens que não atendem aos requisitos de segurança deverão ser recuperadas ou desativadas.

Jorge Yanai cobrou celeridade para a aprovação do projeto “para que as barragens brasileiras saiam da situação de vulnerabilidade”. O senador explicou ainda que a elaboração do projeto contou com a participação do Ministério de Minas e Energia, da ANA, e do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), entre outros órgãos.

Cristovam pede solução para passe livre estudantil

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) fez um apelo à Câmara Legislativa, ao Governo do Distrito Federal e aos empresários de ônibus para rapidamente encontrarem uma solução sobre o passe livre estudantil.

Segundo Cristovam, o sistema funcionou até há pouco tempo, quando, de repente, entrou em colapso, “porque os gastos chegaram a um valor astronômico e as pessoas começaram a desconfiar, com toda razão, que esses recursos que o governo do Distrito Federal repassa para uma caixa administrada por uma empresa estariam desaparecendo antes de chegar às concessionárias de transporte urbano”.

O governo decidiu paralisar o programa, reestudá-lo e enviar um novo projeto à Câmara Legislativa, conta Cristovam. Mas, de acordo com o senador, o projeto está andando muito deva-

gar, em prejuízo dos estudantes.

Cristovam disse que o transporte é parte do processo educacional, porque uma família que ganha pouco não tem como pagar passagens para cada criança em idade escolar.

– Sem transporte acessível a todos, não adianta construir belos prédios e pagar a professores, porque as crianças não chegam lá. É preciso manter um



Família que ganha pouco não tem como pagar passagens para cada criança em idade escolar, afirma Cristovam

sistema de passe livre – disse.

Lei nacional

O passe livre estudantil, avalia Cristovam, deveria ser uma lei nacional. Para ele, não se trata de um benefício ao estudante, mas ao país, que precisa investir na educação de suas crianças. Outro benefício, disse o senador, é o descongestionamento do trânsito urbano: as pessoas evitariam o uso do carro para levar seus filhos à escola.

– No futuro, todos nós vamos ter mesmo que usar ônibus; não vai dar para todo mundo continuar usando carro. Então, há impacto positivo não só do ponto de vista da educação, mas também do ponto de vista do trânsito dentro das cidades – observou.

César Borges divulga denúncia de empresas imobiliárias

Um grupo de pessoas teria se associado com o objetivo de chantagear empresas que atuam no mercado imobiliário baiano, sobretudo as que desenvolvem projetos nas áreas denominadas Avenida Paralela e Orla Marítima, em Salvador. O senador César Borges (PR-BA) recebeu carta assinada pela Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário da Bahia (Ademi/BA) com a denúncia e leu o documento em Plenário.

De acordo com o documento, a estratégia estaria baseada em litigação de má-fé, inclusive com pedidos de reparações financeiras multimilionárias, como forma de colocar obstáculos aos projetos da Avenida Paralela e da Orla Marítima. O arsenal jurídico incluiria também artifícios de ordem pseudolegal, para envolver de maneira enganadora instituições públicas, tais como o Ibama e o Instituto do Meio Ambiente, o município de Salvador e os ministérios públicos federal e estadual – denuncia o documento lido por César Borges.

Na carta, a Ademi/BA afirma que, “a pretexto da defesa do meio ambiente, está sendo colocada em execução uma tentativa de macular os empreendimentos da Avenida Paralela e da Orla Marítima”.

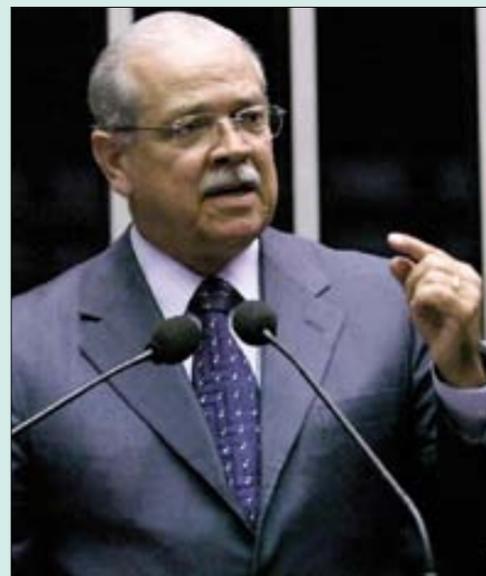
A acusação da Ademi/BA é que, por meio de uma causa aparentemente nobre a ponto de conquistar apoio de instituições respeitáveis como

o Ministério Público, se tenta pressionar os empresários a firmar um acordo informal, sem respaldo legal, para obter ganhos financeiros.

César Borges assinalou que, se persistir o atual quadro de insegurança jurídica, haverá queda nos investimentos e na renda, além do aumento do desemprego em Salvador. Ele informou que centrais sindicais da Bahia estimam que poderá ocorrer a demissão de 50 mil trabalhadores e um aumento de 20% na taxa de desemprego da população economicamente ativa, caso não sejam adotadas providências no sentido de regulamentar o setor.

Há um mês, registrou o senador, as centrais sindicais promoveram uma passeata em defesa do emprego que reuniu cerca de 15 mil pessoas. A pressão fez com que os ministérios públicos estadual e federal realizassem audiência pública na qual foi celebrado o compromisso de constituir um grupo técnico de trabalho para elaborar projeto de lei complementar instituindo o Código do Município do Meio Ambiente.

– Nesse momento, no meu papel de parlamentar, não posso ser omissivo e fechar os olhos diante da hipótese de que pretensos interesses escusos possam estar gerando transtornos ao desenvolvimento social e econômico da Bahia, gerando intranquilidade, afastando investimentos, causando desemprego – declarou César Borges.



César Borges: empresas estariam sofrendo litigação de má-fé

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Jefferson Praia • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Valter Pereira elogia aprovação do Estatuto da Igualdade Racial

Valter Pereira (PMDB-MS) enalteceu a aprovação, pelo Congresso Nacional, do Estatuto da Igualdade Racial. Para ele, trata-se de “mais um ordenamento jurídico afinado com o espírito de cidadania e de igualdade que inspirou a Constituição de 1988”.

Mas o senador questionou a retirada, no texto, das chamadas cotas raciais. Segundo ele, o Estatuto foi aprovado sem as cotas porque sua discussão já se arrastava há quase duas décadas no Congresso. Ele disse que suas virtudes e defeitos ainda serão discutidos no Congresso.

Valter Pereira afirmou que as cotas, que se iniciaram com o intuito de garantir acesso às universidades públicas, não pararam de aumentar na proposta. A elas foram acrescidas a cota de candidaturas em partidos políticos e a instituição de incentivos fiscais para empregadores de negros. O senador lembrou que até uma política nacional de saúde específica para os negros foi proposta.

– As franquias propostas eram tamanhas que acabavam por produzir exatamente o contrário daquilo que se objetivava: o



Valter Pereira: estatuto dará aos afro-descendentes status de maior respeito

combate à discriminação e ao preconceito – afirmou o parlamentar.

Valter Pereira elogiou alguns pontos do estatuto, como a inclusão da história da África e da população negra no currículo da educação pública. Também enalteceu a criação de uma defensoria pública para alcançar as vítimas do racismo; a regulamentação da capoeira como esporte a ser praticado nas escolas públicas; e o incentivo para capacitação do negro nas atividades do campo. Para o senador, o estatuto dará aos afro-descendentes “um status de maior segurança, de maior respeito”.

ACM Júnior condena reforma pontual no sistema tributário

O senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) manifestou-se contrário a proposta de emenda à Constituição que, segundo ele, propõe uma reforma tributária pontual e “aos pedaços”, ao instituir a cobrança de ICMS incidente sobre petróleo e energia elétrica no estado de origem.

A iniciativa foi debatida ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), sob a coordenação do senador (*leia mais na página 8*).

Ele afirmou que o novo governo terá de realizar com urgência a reforma tributária.

– Não podemos fazer reformas pontuais no sistema.

Segundo Antonio Carlos Júnior, tanto a proposta do governo de reforma tributária, que se encontra na Câmara, quanto aquela apresentada pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ), elaborada por subcomissão especial do Senado, definem a cobrança do ICMS no destino, e não na origem.

O senador vai além, e diz preferir a segunda opção.

– O projeto do governo é tímido: cria o IVA [Imposto sobre

Valor Agregado], mas não joga no IVA todos os impostos. E cria um fundo de estabilização para compensação de perdas, mas os recursos não ficam explicitados.

Na sua avaliação, a proposta de Dornelles cria um IVA “amplo” e mereceria ter primazia e ser votada. Ele chamou o atual sistema de “manicômio tributário” por produzir 34 novas normas por dia.

O senador também manifestou preocupação com a tributação do petróleo com a partir do novo marco regulatório para o pré-sal.



Atual sistema produz 34 novas normas por dia, critica ACM Júnior

Estudo do Tribunal Superior Eleitoral mostra risco da mudança na ordem dos cargos no sistema eletrônico de votação, prevista em projeto que tramita no Senado

TSE teme dificuldades com nova ordem de votação

O TRIBUNAL SUPERIOR Eleitoral (TSE) será obrigado a alterar três softwares do sistema eletrônico de votação se a ordem de exibição dos candidatos for modificada, conforme projeto (PL 7.522/10) aprovado pela Câmara dos Deputados e enviado ao Senado. O presidente do TSE, ministro Ricardo Lewandowski, esteve na terça-feira com o presidente do Senado, José Sarney, levando um estudo preliminar em que manifesta preocupação com a mudança e alertou para os riscos de ela ser implementada ainda este ano.

O TSE editou a Resolução 22.995/08 estabelecendo que a urna eletrônica exibirá ao eleitor, primeiramente, os painéis de votação referentes às eleições proporcionais – deputado estadual/distrital e deputado

federal – e, depois, os painéis relativos às eleições majoritárias – senador (primeira e segunda vagas), governador e presidente da República.

O projeto, do deputado Milton Monti (PR-SP), inverte a ordem de exibição dos dois primeiros painéis de votação nos candidatos às eleições proporcionais, determinando que se apresente primeiramente o de deputado federal e depois o de deputado estadual/distrital.

Estudo apresentado por Lewandowski a Sarney esclarece que, ao definir a ordem em vigor, o TSE preservou a lógica de que o eleitor deve iniciar a votação pelo menor cargo em disputa nas eleições proporcionais – deputado estadual ou distrital – e seguir até o maior cargo das eleições majoritárias

– presidente da República.

Impacto

Segundo Lewandowski, se a ordem de votação for alterada, o TSE terá de modificar três softwares do sistema eletrônico: o de votação, o de totalização e o de divulgação. Ainda conforme o presidente do TSE, isso implicaria renovação de todas as fases de testes e simulações indispensáveis à segurança do sistema eletrônico de votação, o que causaria impacto e atrasos significativos no cronograma de programação das 400 mil urnas.

Na semana passada, o estudo foi entregue ao presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Demostenes Torres (DEM-GO), e a vários líderes partidários.



O presidente do TSE, Ricardo Lewandowski, alerta o Congresso para atrasos na programação das 400 mil urnas eletrônicas

Povo não foi ouvido pelos partidos, diz Mão Santa

Mão Santa (PSC-PI) criticou a forma como governistas e oposicionistas montaram suas chapas para as eleições à Presidência da República. Ambos, na sua opinião, se esqueceram de ouvir o povo.

Para o senador, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, teria errado por “puxar sua candidata do bolso”, disse ele em referência à ex-ministra Dilma Rousseff. Na avaliação de Mão Santa, melhor seria se o PT seguisse o exemplo do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, que teria entrado na disputa dentro do Partido Democrata “apenas para treinar”, quando a candidata natural, Hillary Clin-



Mão Santa: PT deveria ter seguido exemplo dos democratas americanos

ton, acabou derrotada.

– Quando ele [Lula] puxou a candidata do bolso, ele errou. Ele não avançou, não aperfeiçoou a democracia. Bem aí está

o exemplo dos Estados Unidos. O povo jogou o Barack Obama lá em cima. É assim. O Luiz Inácio tirou do bolso dele. Então, afastou-se do povo, foi soberbo, não é assim – disse Mão Santa.

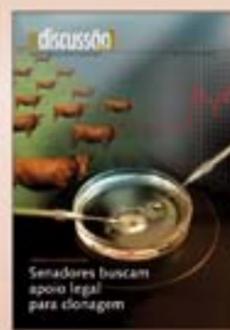
Já o candidato da oposição, José Serra (PSDB) – que Mão Santa declarou ser o seu candidato – teria errado ao não participar de debate interno com o ex-governador mineiro Aécio Neves.

– Deveria ter feito. Ter feito as primárias, ter feito as convenções estaduais. Teria havido uma ebulição neste país. O povo teria participado. Esse negócio de fazer chapa sem combinar com o povo não é bom – disse.

www.senado.gov.br/emdiscussao

discussão

A íntegra de debates nas comissões do Senado está na revista **em discussão!**, um jeito novo de divulgar as atividades dos senadores. Acompanhe!



Especialistas são contra PEC que permite aos estados produtores de petróleo e energia elétrica recolher imposto que hoje só poder ser arrecadado pelos estados consumidores



Otávio Fineis Junior (E) fala em audiência presidida por ACM Júnior com André Luiz Barreto e José Roberto Afonso

Críticas à cobrança de ICMS por estados produtores

A PARTILHA DO ICMS entre os estados tem que ser discutida no âmbito de uma ampla e profunda reforma tributária e não em torno de uma alteração pontual na legislação. Essa é a opinião unânime de três especialistas em tributação, todos contrários à proposta em tramitação no Senado para que os estados produtores de petróleo e seus derivados, bem como os produtores de energia elétrica, sejam autorizados a cobrar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Eles participaram ontem de debate na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para discutir proposta de emenda à Constituição (PEC 20/07) que permite aos estados produtores recolherem esse imposto, que hoje só pode ser arrecadado pelos estados consumidores.

Para o coordenador da Administração Tributária da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, Otávio Fineis Junior, a proposta é prejudicial ao país, pois beneficiaria poucos estados em detrimento de todos os outros, que perderiam arrecadação.

O economista José Roberto Afonso, que também participou da audiência, assinalou que a arrecadação de ICMS sobre petróleo e derivados, bem como energia elétrica, representa até 30% de todo o ICMS arrecadado em alguns estados.

– Teríamos esse impacto negativo nas finanças de estados pobres que já têm dificuldades de se sustentarem – afirmou.

Outro grande problema apontado por José Roberto Afonso é a guerra fiscal que “certamente ocorreria”, com os estados produ-

tores concedendo benefícios a suas empresas de petróleo e energia elétrica.

Na opinião do presidente da Comissão Técnica Permanente do ICMS (Cotepe/ICMS), André Luiz Barreto, a PEC que tramita no Senado preconiza o contrário do que vem sendo discutido a respeito da reforma tributária: a implantação gradativa de um sistema nacional com tributação do ICMS de forma preponderante no estado consumidor para todo tipo de mercadoria.

– Queremos que o ICMS de outros produtos, mercadorias e serviços, que hoje vai para a origem, seja destinado para os estados de consumo. A PEC, além preconizar o contrário, não oferece sequer um modelo de transição, o que representaria um efeito deletério na arrecadação de muitos estados – disse.

Paulo Duque quer votar PEC que beneficia produtores de petróleo

O senador Paulo Duque (PMDB-RJ) pediu a votação da PEC 20/07, de sua autoria, que autoriza estados produtores de energia elétrica e de petróleo e seus derivados a cobrarem dos estados consumidores o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Ele observou que a Constituição veda a cobrança do imposto na origem somente sobre esses produtos, o que, a seu ver, configura um despropósito.

– Não há motivo técnico ou jurídico para se excepcionar os derivados de petróleo e energia de uma regra que se aplica com sucesso a todas as outras mercadorias – disse.

Pelas regras atuais, a cobrança do imposto sobre os derivados de petróleo cabe exclusivamente aos estados consumidores, o que, informou o senador, causa

ao estado do Rio de Janeiro, por exemplo, prejuízos da ordem de R\$ 10 bilhões por ano.

O assunto foi tema de audiência pública realizada na manhã de ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde a PEC está sendo analisada. Os especialistas ouvidos foram unânimes em afirmar que a maioria dos estados da federação seriam prejudicados caso a mudança proposta ocorresse.

Paulo Duque pediu aos senadores que considerassem a situação do estado do Rio de Janeiro e dos demais estados produtores de petróleo diante “desse novo estágio do pré-sal”. De acordo com projeto de lei aprovado no Senado, os estados produtores perdem os *royalties* – compensação financeira pelos prejuízos ambientais e da



Paulo Duque aponta prejuízo de cerca de R\$ 10 bi anuais para o Rio de Janeiro

sobrecarga na infraestrutura, provocados pela exploração do petróleo.

O dispositivo que tirou os *royalties* do Rio, porém, deve ser vetado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O tema, polêmico, está em outra proposta ainda em tramitação na Casa, e deve voltar a ser discutido depois das eleições.

Antonio Carlos Júnior rejeita proposta que muda ICMS

O senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) está convencido de que a proposta de emenda à Constituição (PEC 20/07) que permite a cobrança de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pelos estados produtores de petróleo e energia elétrica deve ser rejeitada. Essa convicção foi anunciada ao final do debate sobre a proposta realizado ontem pela CCJ.

– Uma alteração pontual como essa não cabe. Não se pode realizar uma minirreforma tributária, como prevê a proposta, sem que se avalie seu impacto sobre a Federação. Se a tendência é tributar o consumo, não há por que retroagir dessa forma – argumentou.

Na avaliação do senador, a PEC 20/07 contraria a decisão da constituinte de 1988 de assegurar aos estados consumidores a cobrança do ICMS sobre a comercialização de petróleo e energia elétrica.

Antonio Carlos Júnior também disse ontem em Plenário que é contrário à PEC. Romeu Tuma (PTB-SP), por sua vez, disse que ainda não tem opinião formada sobre a PEC 20/07, mas considerou difícil mexer no sistema tributário fora de uma reforma que tencione equilibrar perdas e ganhos dos estados e municípios.

O senador alertou ainda para os prejuízos de uma eventual guerra fiscal em torno do ICMS e avaliou que a reforma tributária deveria ter sido concluída antes da votação do modelo tributário do pré-sal.

Embora também defenda a

reforma tributária na busca de equilíbrio fiscal dentro do pacto federativo, Jayme Campos (DEM-MT) não condena a disposição de um estado de desencadear guerra fiscal para corrigir um desequilíbrio interno na arrecadação de tributos.

Ao final da audiência pública, os expositores aproveitaram para reforçar suas críticas à PEC 20/07. O coordenador da Administração Tributária da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, Otávio Fineis Júnior, realçou a “inoportunidade” de se discutir mudanças isoladas no sistema tributário, condenando ainda a prática de guerra fiscal. Conforme observou, o estado que se sentir prejudicado sempre vai tentar compensar suas perdas de arrecadação alterando a base de cálculo de tributos ou recorrendo a subsídios do governo federal.

O presidente da Comissão Técnica Permanente do

ICMS (Cotepe/ICMS), André Luiz Barreto de Paiva Filho, considerou que a mudança trazida pela proposta precisa ser avaliada frente ao conjunto das receitas e transferências dos entes federativos. No seu ponto de vista, as distorções vinculadas ao sistema tributário brasileiro residem mais na forma de cobrança do que na carga tributária.

Percepção semelhante foi revelada pelo economista José Roberto Afonso, para quem o país precisa de um sistema tributário com poucos impostos, com uma legislação mais simplificada e ações fiscais unificadas entre os diversos entes da Federação.

Percepção semelhante foi revelada pelo economista José Roberto Afonso, para quem o país precisa de um sistema tributário com poucos impostos, com uma legislação mais simplificada e ações fiscais unificadas entre os diversos entes da Federação.

“Não se pode realizar uma minirreforma tributária sem avaliar seu impacto sobre a Federação”

Autores da PEC consideram norma constitucional injusta

Os estados produtores de energia elétrica e de petróleo e derivados – como lubrificantes e combustíveis – poderão passar a cobrar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em operações de venda desses produtos a outros estados. É o que está previsto em proposta de emenda à Constituição em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Proposta pelo senador Paulo Duque (PMDB-RJ), a PEC 20/07 elimina da Constituição texto contido no artigo 155, que estabelece a incidência exclusiva do imposto no destino, quando as transações comerciais envolverem petróleo e energia elétrica. Os senadores que assinaram a PEC consideram que essa norma constitucional representa uma injustiça para com os estados produtores, já que o ICMS incidente sobre essas mercadorias cabe integral e exclusivamente ao estado onde ocorre o consumo.

“É preciso restaurar a equidade de tratamento tributá-

rio e uniformizar a regra de incidência do ICMS. Não há motivo técnico ou jurídico para excepcionar os derivados de petróleo e a energia elétrica da regra que se aplica, com sucesso, a todas as demais mercadorias”, justificou o senador Paulo Duque.

Ao apresentar parecer favorável à proposta, o relator, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), também classificou como discriminatório o tratamento dado pela norma constitucional aos estados produtores. Ele explica que os estados do Pará e do Paraná deixam de arrecadar, ao ano, cerca de R\$ 300 milhões e R\$ 430 milhões, respectivamente, devido à não incidência de ICMS sobre a geração de energia elétrica. O Rio de Janeiro, segundo ele, renuncia a cerca de R\$ 10 bilhões anualmente, devido à falta de cobrança de ICMS sobre sua produção de petróleo e derivados.

“Se esses estados foram beneficiados por investimentos federais, essas inversões já foram pagas pela renúncia fiscal”, afirma Flexa Ribeiro.